

Weber e a socialização



Objetivos de aprendizagem

- Identificar a contribuição de Weber para a Sociologia.
- Compreender o processo de racionalização da sociedade moderna.
- Entender a relação indivíduo/sociedade para Weber.
- Entender o processo de estratificação, mobilidade e mudança social.
- Compreender o interacionismo simbólico.



Seções de estudo

- Seção 1** O pensamento de Weber.
- Seção 2** Racionalização e Capitalismo e Burocratização da Sociedade.
- Seção 3** Estratificação, mobilidade e mudança social.
- Seção 4** Sociedade e comunicação humana: linguagem e interacionismo simbólico.



Para início de estudo

Nesta unidade você conhecerá um pensador diferente dos anteriores, tanto pela metodologia desenvolvida quanto pela sua compreensão da sociedade, uma vez que para ele é importante levar em conta o sentido que os indivíduos constroem para legitimar suas ações.

Para compreender esta afirmação você pode pensar, por exemplo, nas ações que envolvem dominação. Para Weber, o autor em questão, alguém pode se deixar dominar pelos mais diferentes motivos, desde aqueles ligados a hábitos não refletidos até aqueles ligados a considerações racionais construídas conscientemente e que visam a algum objetivo no final daquela ação. Isto vale tanto para quem está dominando outras pessoas, e que deseja a vinculação dos dominados a uma disposição para obedecê-lo, como para quem é dominado e tem a vontade de obedecer.

Segundo ele, faz parte da relação autêntica de dominação a probabilidade de encontrar obediência da parte do dominador, e certa vontade de obedecer da parte do dominado. Isto lhe permite afirmar que nem toda dominação se serve de meios econômicos, às vezes ela ocorre por causa do costume, ou por causa dos interesses meramente afetivos, ou, ainda, por motivos ideais ligados aos valores que as pessoas possuem.

Conclui-se daí que a dominação pode ocorrer por causa das convicções pessoais, ou por causa das dependências afetivas, emocionais, econômicas, ou, ainda, porque os envolvidos almejam alcançar algum tipo de reconhecimento futuro, que pode se traduzir na necessidade de ser apoiado, ou reconhecido, ou de negociar algum benefício. É a natureza dos motivos que determina o tipo de dominação, e a natureza dos motivos se encontra na relação entre o indivíduo e a sociedade.

É a justificativa que o dominado apresenta para o seu ato de se deixar dominar, e não a forma de execução do poder por parte do dominador, que legitima a dominação. O dominado, desse modo, torna-se o sujeito de uma ação, cujo sentido construído por ele pode legitimar o poder do dominador. Isto implica em um envolvimento do indivíduo que atribui um significado subjetivo ao seu comportamento e leva em conta o que o outro

espera que ele faça. Trata-se, portanto, de uma relação social, que é constituída pelos sentidos que os indivíduos envolvidos constroem para sua ação.

Veja, a partir das afirmações anteriores, como Weber é diferente de Durkheim, para quem a sociedade sempre estava na frente dos indivíduos. Ou de Marx, que entendia que a sociedade se expressava com toda força na sua dimensão econômica. Já em Weber, os homens individuais são participantes do modo como fazem a História, envolvem na sua experiência social parte de si mesmos, embora também tenham relação com a dominação exercida pelo Estado e pelas associações.

Isto significa dizer que nada nasce simplesmente da cabeça dos envolvidos, mas que todas as ações estão fundamentadas em relações sociais. (BOTTOMORE; NISBET, 1980).

Lembra das questões colocados por Tosi na unidade 2? Como será que Weber responderia àquelas questões?

SEÇÃO 1 - O pensamento de Weber

A Alemanha do final do século XIX e início do século XX faz sua inserção industrial de maneira tardia, à medida que contrariou a velocidade na qual o capitalismo se expandia por toda a Europa, principalmente na França e Inglaterra. A Alemanha dessa época era um país em atraso naquilo que se referia ao processo de industrialização. Tanto que para que pudesse participar da corrida econômica impetrada no velho continente foi necessária a unificação de dois territórios germânicos, efetuada por Bismarck em 1870.

Diferentemente da Inglaterra e França, que tinham uma classe burguesa com força política para dirigir o Estado, na Alemanha a classe burguesa era extremamente incipiente e frágil, e perdia em poder político para a aristocracia rural denominada de “junkers”.

Desse modo, fez-se necessário, para a inserção da Alemanha no modelo capitalista moderno, a existência de um governo forte e centralizador, como o de Bismarck, o que, segundo Weber, ocasionou o aumento da burocracia estatal, ou seja, da expansão da classe de funcionários. Isto tornou a burguesia alemã extremamente acomodada no que tange ao seu papel político.

Exatamente como consequência dessa expansão crescente do Estado com o papel de direção política na Alemanha é que as análises sociológicas e políticas de Weber estarão diretamente ligadas às temáticas da expansão do capitalismo, da condição dos trabalhadores do campo e da cidade, e do papel do Estado e da burocracia nas sociedades modernas.

Conhecendo Max Weber



Figura 10: Max Weber

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Max_Weber>

Max Weber nasceu em 21 de abril de 1864, na cidade de Erfurt, Alemanha, numa família de burgueses liberais. Durante toda a sua vida, Weber teve sua atenção dividida entre a reflexão e a ação sobre as questões que preocupavam a Alemanha.

Weber concluiu seus estudos e começou a trabalhar nos tribunais de Berlim. No início da década 1880, frequentou, como estudante de Direito, as salas de conferências dos juristas da época. Concentrou-se, contudo, no campo da História Econômica e Jurídica. Em 1890, prestou seu segundo exame de Direito. Habilitou-se em Berlim, para o Direito Comercial Alemão e Romano. (GERTH; MILLS, 1982).

A produção intelectual de Weber desenvolveu-se em torno de muitos interesses. Sua formação acadêmica foi muito ampla, concentrou-se nos estudos de Direito, fez incursões pela História, Economia, Filosofia e Teologia.

Sua dedicação explícita à Sociologia somente ocorreu na fase final de sua vida. Também publicou pesquisa sobre os trabalhadores do Elba, preocupou-se em estudar os mecanismos do capitalismo, a

bolsa de valores e as relações entre a ética derivada da religião e os sistemas econômicos. (TRATEMBERG,1977). Ele participou da vida pública do seu país, colaborando com a redação da Constituição da República de Weimar, em 1919.

Weber foi o grande sistematizador da Sociologia alemã. Isto se deu em uma situação muito particular, num momento em que a França desenvolveu seu pensamento social sob a influência da filosofia positivista, como vimos nas unidades 1 e 2, e a Inglaterra foi a sede do desenvolvimento industrial e da sedimentação do pensamento burguês. Morreu no ano de 1920 em Munique.



Saiba mais

Conheça algumas obras de Weber:

- História agrária de Roma e sua significação para o direito público e privado.
- A ética protestante e o espírito do capitalismo (1ª parte).
- A ética protestante e o espírito do capitalismo (2ª parte).
- As relações de produção na agricultura do mundo antigo.
- Crítica positiva da concepção materialista da história.
- A ciência e política como vocação.
- História econômica geral.
- Economia e Sociedade.

Verifique outras obras de Weber no site:
<<http://www.culturabrasil.org/weber.htm>>.

Somos nós que fazemos a hora?

Diferentemente de Marx e Durkheim, Weber vai centrar suas análises no sujeito. Deste modo, esse pensador vai partir da idéia de que o indivíduo é o elemento primordial para compreender a realidade social. E essa análise passa pelo comportamento dos indivíduos, já que tudo que existe na sociedade é resultado da vontade e da ação dos indivíduos. É em suas condutas individuais que o agente associa um sentido que é orientado pelo comportamento dos outros. Veja as palavras do próprio autor:

Falaremos de ação na medida em que o indivíduo atuante atribua um significado subjetivo ao seu comportamento - seja ele claro ou disfarçado, omissão ou aquiescência. A ação é “social” na medida em que o seu significado subjetivo leva em conta o comportamento dos outros e é por ele orientado em seu curso. (WEBER, 1994, p. 4).

A ação social está, deste modo, profundamente ligada ao conceito de relação social. “A expressão ‘ação social’ será usada para indicar o comportamento de uma pluralidade de atores na medida em que, em seu conteúdo significativo, a ação de cada um deles leva em conta a ação de outros, e é orientada nesses termos.” (IDEM, p. 26).

Weber dá ênfase à relação na qual a atribuição de sentido é uma ação necessária e até mesmo fundadora do intercâmbio social. É por isso que ele afirma ser a Sociologia uma ciência voltada para a compreensão interpretativa da ação social e para a explicação causal no seu transcurso e nos seus efeitos.

É o sentido que os homens estabelecem em suas ações que, segundo Weber, fundamenta a ordem social. Assim, o homem passa a ter na teoria de Weber, como indivíduo, um significado e uma especificidade que não encontramos no positivismo.

Não existe nesse autor a mesma oposição presente em Durkheim entre sociedade e indivíduo. Em Weber, as normas sociais só se tornam concretas quando se manifestam nos indivíduos sob a forma de uma motivação. Cada indivíduo é levado a agir por um motivo que é dado pela tradição, por interesses racionais ou pela emotividade.



Como você pode perceber, para Weber a hora não vem marcada pela sociedade.

Cabe ao cientista social descobrir os possíveis sentidos das ações humanas presentes na realidade social que ele irá estudar. Ao cientista social cabe perceber qual é o sentido produzido pelo agente em todas as suas conseqüências. É o indivíduo, por meio dos valores sociais e de sua motivação, que produz o sentido da ação social.

O caráter social da ação individual

Weber nos diz que por mais individual que seja a ação, o fato do indivíduo agir segundo a expectativa do outro faz com que a sua ação tenha um caráter coletivo e social. É o que ele denomina ação social. Quando esse sentido da ação social é compartilhado, temos a relação social. Isto é diferente da ação individual e, para que se estabeleça uma relação social, é preciso que haja um sentido compartilhado.



E qual é a diferença entre ação social e relação social?

A ação social é a conduta do agente que está orientada pela conduta do outro, pela expectativa que você possui sobre o que o outro espera que você faça. Na relação social, a conduta de cada qual entre múltiplos agentes envolvidos orienta-se por um conteúdo de sentido reciprocamente compartilhado.

Ainda é preciso considerar que essa relação orienta-se pelas ações dos outros, que podem ser passadas, presentes ou esperadas como futuras (vingança por ataques anteriores, réplica a ataques presentes, medidas de defesa diante de ataques futuros). Porém, nem toda espécie de ação, incluindo a ação externa, é social. A conduta humana é ação social somente quando ela está orientada pelas ações dos outros.

Por exemplo, um choque de dois ciclistas é um simples evento como um fenômeno natural. Por outro lado, haveria ação social na tentativa dos ciclistas se desviarem, ou na briga ou considerações amistosas subseqüentes ao choque.

Os tipos de ação

Por causa da infinidade das ações humanas, Weber constrói uma teoria dos tipos de ação para apontar quais seriam os motivos básicos da ação social. Entre os tipos de ação social temos, segundo Weber:

a) Ação racional referente a fins: é ação determinada por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas. Estas expectativas funcionam como “condições” ou como “meios” para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente como sucesso.

Nesse tipo de ação, o homem coloca determinados objetivos e busca os meios mais adequados para consegui-los. O importante é perceber que o motivo da ação é alcançar sempre um resultado eficiente. É uma ação instrumental voltada para um fim utilitário. A empresa capitalista e o estrategista militar funcionam nessa lógica.

b) Ação racional referente a valores: é determinada pela crença consciente no valor: ético, estético, religioso ou qualquer outro que é absoluto e inerente à ação e independe do seu resultado. O motivo da ação, neste caso, não é um resultado, mas um valor, independentemente se o resultado for positivo ou negativo. O capitão que afunda junto com o seu navio é um exemplo, pois age racionalmente baseado num valor.

c) Ação social afetiva: é a ação determinada de modo afetivo guiada por paixões, por afetos ou estados emocionais. Uma resposta intempestiva está incluída neste grupo.

d) Ação social tradicional: é a determinada pelo costume arraigado ou hábito, aquele tipo de ação que se faz porque sempre se fez. A maior parte das ações cotidianas enquadra-se neste tipo de ação.

No centro de relações sociais moldadas pelas lutas, Weber percebe o fato da dominação. Na verdade, entre os conceitos mais usados da teoria weberiana estão os conceitos de poder e dominação.

De acordo com o autor, poder é a capacidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social. Para Weber, poder é diferente de dominação, que significa probabilidade de encontrar uma pessoa pronta a obedecer a uma ordem de conteúdo determinado. A dominação pode ser entendida como uma relação social. Assim, para Weber, o importante é analisar o que torna legítima a autoridade, pois é com a legitimidade social que a dominação é justificada e efetivada.

Weber distingue três tipos de dominação e legitimidade, que são:

a) Dominação legal racional: a obediência apóia-se na crença, na legalidade da lei e dos direitos de mando das pessoas autorizadas a comandar pela lei. Assenta-se no poder de um direito abstrato e impessoal. Assim, esse poder está ligado à função e não à pessoa. São exemplos desse tipo de dominação o código civil e o regimento interno de uma empresa.

b) Dominação tradicional: sua legitimidade apóia-se na crença de que o poder de mando tem um caráter sagrado, herdado dos tempos antigos. O poder patriarcal dentro da família é um exemplo.

c) Dominação carismática: o chefe carismático tem origem numa personalidade excepcional. A legitimidade da autoridade do líder carismático lhe é conferida pelo afeto e confiança que os indivíduos depositam nele. Profetas, fundadores de impérios, guias espirituais são exemplos de líderes carismáticos.

Até este momento você conheceu alguns aspectos importantes do pensamento de Weber. Você ampliará seus conhecimentos sobre este assunto estudando o conteúdo proposto na seção 2.

SEÇÃO 2 - Racionalização e Capitalismo e Burocratização da Sociedade

2.1 Racionalização e Capitalismo

Um bom exemplo do modo como a ação dos indivíduos constrói a sociedade, e de como Weber aplica a metodologia compreensiva para explicar o sentido dessas ações, pode ser encontrada em sua obra: *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, cujos principais aspectos são apresentados a seguir.

Nessa obra, Weber discute a relação entre a religião luterana e o desenvolvimento do capitalismo, além de admitir que o problema da origem do capitalismo contempla muitas e variadas causas (econômicas, políticas, militares, técnicas, etc.).



Diferentemente de Marx, que escolheu o fator econômico como privilegiado para entender a sociedade, Weber afirma que podemos compreender a sociedade por diferentes aspectos, e não há um mais correto ou melhor que outro, há sempre diversas possibilidades de análises da sociedade.

Com esse pressuposto, Weber inaugura a concepção hermenêutica na Sociologia.

Weber aponta que a ética luterana favoreceu o desenvolvimento do capitalismo. Segundo ele, isso aconteceu porque o estilo de vida luterano estava marcado por uma vida disciplinada, de tal forma que as ações praticadas pelos seus seguidores sempre se reverteram em trabalho, acumulação e lucro.

Tratava-se, como afirmava o autor, de uma ascese no mundo. Esta ascese era praticada no trabalho, para o qual o luterano se dedicava com rigor e disciplina. Seu lema “tempo é dinheiro” permitiu construir um modo de vida que não significava usura, mas louvor à obra criadora de Deus por meio do trabalho.

Segundo Sell (2001, p. 119), a primeira contribuição para esse processo, afirma Weber, foi dada por Martinho Lutero e sua concepção de “vocação”. Para Lutero, a salvação das pessoas não vinha do fato de elas se retirarem do mundo para rezar, como faziam os monges católicos. Pelo contrário, quanto mais as pessoas aceitassem suas tarefas profissionais como um chamado de Deus (vocação) e as cumprissem com disciplina, mais aptas estariam para serem salvas.

Segundo Weber, seria a religião calvinista a que melhor nos ajuda a explicar a relação entre a ética protestante e a origem do capitalismo. De acordo com a doutrina calvinista, todos os homens são predestinados por Deus para a salvação ou para a condenação. Somente Deus, na sua sabedoria e bondade eterna, sabe e escolhe quem será salvo ou não (doutrina da predestinação). Nada do que o homem fizer por esforço próprio faz diferença, tudo depende de Deus.

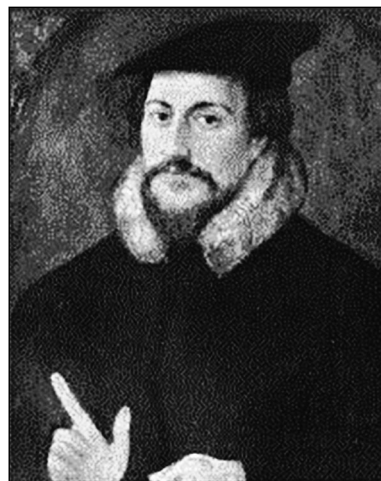


Figura 11 Calvino

Fonte: http://mackenzie.br/teologia/Historia%20da%20Igreja/3%20Movimento%20Reformado/fotos%20-%20MovimentoR/calvino/pages/Calvino%20jovem%202_.jpg.htm

Imagine como uma concepção assim gerava angústia nas pessoas. Elas tinham a necessidade de saber se iriam ser salvas. Apesar de somente Deus possuir esta resposta, os calvinistas acreditavam que havia uma forma de obter indícios para esta questão: tratava-se de obter sucesso no trabalho. Quanto mais sucesso no trabalho, maior era o indício que você era um escolhido de Deus, e dessa forma seria salvo.

Nessa concepção, o cristão estava no mundo para dar glória a Deus, e devia fazê-lo trabalhando. Para tanto era necessário levar uma vida disciplinada cujo resultado só poderia ser o enriquecimento de seus bens materiais. Como bom cristão, ele também não iria esbanjá-los em prazeres e em outras condutas consideradas desonestas.

Segundo Weber, essa ética do trabalho, embora tivesse motivações religiosas, acabou dando suporte para um comportamento indispensável à origem do capitalismo, ou seja, a busca do lucro por

meio do trabalho metódico e racional. Mesmo com o processo de secularização da vida (o declínio da religião na sociedade), a ética do trabalho se expandiu e se consolidou no Ocidente.

Com o tempo, a motivação da busca do lucro se desligou da religião e ganhou vida própria, mas, antes disso, a disciplina advinda do mundo religioso foi condição para o nascimento de uma ética do trabalho. Veja o que o autor nos diz:

O puritano queria tornar-se profissional, e todos tiveram que segui-lo. Pois, quando o ascetismo foi levado para fora dos mosteiros e transferido para a vida profissional, fê-lo contribuindo poderosamente para a formação da moderna ordem econômica e técnica ligada à produção em série da máquina, que atualmente determina de maneira violenta o estilo de vida de todo indivíduo nascido sob este sistema, e não apenas daqueles diretamente atingidos pela aquisição econômica e, e quem sabe o determinará até que a última tonelada de combustível tiver sido gasta. (WEBER, 2003, p. 119)

Mais do que a origem do capitalismo, o protestantismo ascético favoreceu também a racionalização da vida. Uma vida metódica, dedicada ao trabalho, de forma disciplinada e ordenada: é nesse sentido que o comportamento do protestante representa uma forma extremamente racionalizada de vida.

A origem do capitalismo, portanto, faz parte de um processo mais amplo, chamado por Weber de “desencantamento do mundo” - porque ele permitiu o estabelecimento de uma ordem social com relação a fins (racional), cujo consenso é obtido por meio de regras e mediante coação, ao mesmo tempo em que permitiu uma série de associações e instituições organizadas de modo racional.

Dessa maneira, a história humana se transformou num processo crescente de racionalização da vida, de abandono das concepções mágicas e tradicionais como justificativa para o comportamento dos homens e para a administração social.

Na obra weberiana *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, encontramos a explicação do calvinismo, com sua doutrina da predestinação como fundamento dogmático da moralidade puritana, e também da forma de uma conduta ética metodicamente racionalizada. A perda de tempo é, portanto, o primeiro e o principal de todos os pecados.

Toda hora de trabalho perdida configura-se em uma perda de trabalho para a glorificação de Deus. Daí resulta como condenada a contemplação passiva do mundo, porque ela não materializa a vontade de Deus sobre a construção do mundo.



Dentro dessa doutrina todos recebem uma vocação divina. Esta vocação não é, como no luteranismo, apenas um destino ao qual todos devem se submeter, mas é um mandamento de Deus para todos. Ele (Deus) quer que

todos trabalhem na sua glorificação. E nessa perspectiva seria na vida profissional que o homem adquire certo treino moral, uma prova do seu estado de graça, fazendo com que consiga cumprir sua vocação. Não é um trabalho em si, mas um trabalho racional, uma vocação, que é pedida por Deus.

Nesta concepção puritana da vocação, a ênfase sempre é posta no caráter metódico da ascese vocacional e não, como pensava Lutero, na aceitação do destino irremediavelmente assinalado por Deus.

Quando Deus aponta para um dos seus eleitos uma oportunidade de lucro, ele deve aproveitá-la com um propósito e, conseqüentemente, o cristão autêntico deve atender ao seu chamado. A riqueza é, portanto, condenável somente na medida em que se constitui uma tentação para a vadiagem e para o aproveitamento pecaminoso da vida. Sua aquisição é condenável somente quando é feita com o propósito de uma vida posterior mais feliz e sem preocupações.

Querer ser pobre equivale a querer ser doente. A mendicância constitui pecado de preguiça e violação do dever de amor ao próximo. A ênfase no significado ascético de uma vocação fixa propiciou uma justificação ética para a moderna divisão do trabalho. Da mesma forma, a interpretação providencial proporcionou a probabilidade de lucros para os homens de negócio.

A ascese orientava todo o seu vigor principalmente contra uma atitude: a de desfrutar espontaneamente a vida e tudo o que ela tem para oferecer. A idéia do dever do homem para com seus bens aos quais se subordina como administrador, ou até como “máquina” de ganhar dinheiro, estende-se como um peso sobre toda a sua vida. Quanto maiores as posses, mais pesado será o sentimento de responsabilidade se permanecer a mentalidade ascética em conservar a riqueza por meio do infatigável trabalho.

Esse ascetismo secular do protestantismo opunha-se poderosamente ao usufruto das riquezas e restringia o consumo, especialmente o consumo de luxo. Ao mesmo tempo, libertava psicologicamente o luterano para a aquisição de bens, rompendo com os grilhões da ânsia do lucro. A ascese condenava também a produção da riqueza privada, tanto por desonestidade quanto por ganância instintiva. A riqueza não podia ser um fim em si mesma. Esta concepção puritana permitiu a ascensão de vida da burguesia baseada em uma economia racional.

O capitalismo tem um ethos - uma ética peculiar. A obtenção de mais e mais dinheiro, combinada com o estrito afastamento de todo gozo espontâneo da vida é, acima de tudo, completamente destituída de qualquer caráter eudonista ou mesmo hedonista, pois é pensado tão puramente como uma finalidade em si, que chega a parecer algo de superior a “felicidade” ou utilidade do indivíduo, de qualquer forma algo de totalmente transcendental e simplesmente irracional. (WEBER, 2003, p. 135).

Esse processo de racionalização da vida nos ajuda a compreender o modelo de sociedade capitalista. E é, de certo modo, o que Weber chama de desencantamento do mundo por causa da perda de sentido religioso e a gradativa substituição da religião pela ciência, o que acabou por provocar profundas mudanças na

cultura, conforme você já vem percebendo. Do mesmo modo, a expansão da racionalidade ocidental provocou o que Weber chamou de desencantamento do mundo e o que ele dirá que será uma “**prisão de ferro**” para o homem moderno.



Como foi dito anteriormente, para Weber a modernidade se caracteriza pelo processo de racionalização do mundo e, embora esse processo tenha possibilitado aos indivíduos a capacidade de dominar a natureza, principalmente por meio da ciência e da técnica, trouxe também consequências negativas, a saber, a perda de sentido e a de liberdade.

Em relação à perda de sentido, Weber debate que a gradual substituição da religião pela ciência, fenômeno que se dá a partir do uso da razão, traz profundas mudanças na cultura e na ação humana. Porém, essa racionalidade que deveria ser meramente instrumental (meios para se atingir da melhor maneira possível um objetivo) passa a ocupar o lugar da religião, procurando dar respostas ao porquê da nossa existência.

A nossa própria vida social torna-se racionalizada e, à medida que esse processo se aprofunda, nos vemos seres cada vez mais artificiais, imersos na busca incessante de satisfações materiais. É desse modo que a racionalidade ocidental acaba nos aprisionando em uma jaula de ferro, a denominada “prisão de ferro da modernidade”, à qual se remete a idéia da perda de liberdade. O homem se liberta da mitologia e das explicações teológicas e sobrenaturais ou naturalizadas, e torna-se prisioneiro de sua própria criação.



Longe de a racionalidade nos libertar, o que foi largamente defendido e afirmado pelos iluministas, segundo Weber, a racionalidade dos meios tomou conta da existência, já que os homens perderam a capacidade de determinar suas próprias vidas. O capitalismo tornou o trabalho um fim em si mesmo, demonstrando que a racionalidade aumentou, sim, a produtividade, mas à medida que se expandiu escravizou cada vez mais o homem. Nas palavras do autor:

Ninguém sabe ainda a quem caberá no futuro viver nessa prisão, ou se, no fim desse tremendo desenvolvimento, não surgirão profetas inteiramente novos, ou um vigoroso renascentismo de velhos pensamentos e idéias, ou ainda se nenhuma dessas duas – a eventualidade de uma petrificação mecanizada caracterizada por esta convulsiva espécie de autojustificação. Nesse caso, os ‘últimos homens’ desse desenvolvimento cultural poderiam ser designados como ‘especialistas sem espírito, sensualistas sem coração, nulidades que imaginam ter atingido um nível de civilização nunca antes alcançado. (WEBER, 2001, p.131).

É por isso que Weber é considerado um pensador pessimista. Ao contrário de Durkheim e Marx, que têm uma imagem ou positiva da modernidade ou que vêem saída para esse processo, Weber não via nenhuma solução, já que a razão que possibilitou avanços para os homens trouxe em si o germe de sua escravidão.

2.2 Burocratização da sociedade

Para Weber, a burocracia é outra manifestação do desencantamento do mundo. Ele estava preocupado com os efeitos sufocantes e desumanizantes do processo de burocratização da sociedade moderna. Ainda segundo ele, a burocracia representa o tipo mais puro de dominação “racional-legal”.

Giddens (2005, p.284-285) listou cinco características da burocracia de acordo com Weber.

1. Existe uma hierarquia definida de autoridade:

Uma burocracia assemelha-se a uma pirâmide, na qual os cargos de maior autoridade estão no topo. Há uma corrente de comando que se estende de cima para baixo, possibilitando que a tomada de decisões seja feita de forma coordenada. As tarefas da organização são distribuídas como “deveres oficiais”, e cada repartição superior controla e supervisiona a que se encontra abaixo dela na hierarquia.

2. Regras escritas regem a conduta dos funcionários em todas os níveis da organização:

Isto não significa que os deveres burocráticos sejam apenas uma questão de rotina. Quanto mais alta for a posição da repartição, maior será a tendência de as regras abrangerem uma ampla variedade de casos e exigirem flexibilidade em sua interpretação.

3. Os funcionários trabalham em tempo integral e são assalariados:

A cada cargo de hierarquia atribui-se um trabalho definido e fixo. Espera-se que os indivíduos construam uma carreira dentro da organização. Há possibilidade de promoção com base na capacidade, tempo de serviço ou ambas.

4. Existe uma separação entre as tarefas de um funcionário dentro da organização e a vida externa deste:

A vida doméstica do funcionário difere das atividades que ele realiza no local de trabalho, havendo também uma separação física entre elas.

5. Nenhum membro da organização possui os recursos materiais utilizados no trabalho:

O desenvolvimento da burocracia, segundo Weber, afasta os trabalhadores do controle dos meios de produção. Nas comunidades tradicionais era comum os agricultores e os artesãos terem controle sobre seus processos de produção e trabalharem com suas próprias ferramentas. Nas burocracias, os funcionários não são donos dos escritórios nos quais trabalham, nem das mesas às quais se sentam ou do maquinário que utilizam.



Weber apontava que quanto mais a organização se aproximasse do tipo ideal de burocracia (ideal não significa melhor, mas a forma mais pura de organização burocrática) mais eficaz ela seria nos objetivos fins.

Ao estudar as características da burocratização, Weber ficou preocupado com possíveis consequências nefastas que esses processos trariam para os seres humanos. Primeiramente, apontou os possíveis efeitos alienantes da burocracia sobre os trabalhadores, sobretudo os mais desqualificados, pois os que ocupam níveis inferiores, inevitavelmente, ficariam reduzidos à realização de tarefas repetitivas.

Outro problema que ele apontava com a crescente burocratização era a possibilidade do enfraquecimento da democracia. Segundo ele, quanto mais a burocracia do Estado se expande e quanto maior a complexidade dos problemas ocasionados pela modernidade, mais entraves são criados para a democracia, isto porque, com a burocracia, os cidadãos se distanciam das decisões fundamentais, cabendo a eles apenas escolher aqueles que farão parte dos quadros do governo.

Será que Weber tinha razão em se preocupar com o processo de burocratização?

Vamos ler o que nos aponta Giddens, (2005, p. 293).

As preocupações de Weber não estavam totalmente deslocadas. Nos antigos países comunistas, houve a formação de enormes burocracias para administrar a economia centralizada e a rede de serviços sociais. Essas burocracias evoluíram para blocos próprios fortificados de poder, os quais foram controlados, somente com muita dificuldade, até o último instante da era comunista, pelas forças políticas. Esses fenômenos, entretanto, não se restringem aos antigos estados comunistas. Até mesmo no ocidente existem episódios documentados de conflitos ocorridos nos níveis mais altos entre os interesses burocráticos e os interesses políticos.

Agora que já estudamos alguns dos principais conceitos desenvolvidos por Max Weber, vamos discutir como eles foram retomados por outros teóricos e são utilizados para nos ajudar a compreender alguns fenômenos sociais.

Seção 3 - Estratificação, mobilidade e mudança social

Um dos grandes problemas da sociedade contemporânea é a desigualdade entre indivíduos e grupos. A Sociologia discute esse problema com o termo **estratificação social**. Geralmente, quando pensamos em estratificação logo nos vem à mente a desigualdade social, não é mesmo? Mas também podemos falar de estratificação em termos de gênero, idade, religião, etc.

Dependendo do local ocupado por um indivíduo dentro da estratificação ele receberá um acesso diferente e/ou desigual às recompensas. Podemos definir estratificação como as desigualdades estruturadas entre diferentes grupos de pessoas, isto é, o modo como a sociedade está organizada em camadas ou estratos. Nessa hierarquia, os mais favorecidos encontram-se no topo e os menos, na base.

Podemos definir que, historicamente, existiram quatro sistemas de estratificação nas sociedades humanas: a casta, a escravidão, o estamento e a classe.

Vamos ver como Giddens (2005, p.234) apresenta cada uma delas, no texto que segue:

A **escravidão** é uma forma extrema de desigualdade na qual alguns indivíduos são literalmente propriedade de outros. Enquanto instituição, a escravidão foi gradualmente erradicada, tendo quase que completamente desaparecido do mundo atual.

A **casta** associa-se sobretudo às culturas do subcontinente indiano e da crença hindu do renascimento. Acreditava-se que os indivíduos que não fossem fiéis aos rituais e aos deveres de sua casta renasceriam em uma posição inferior na próxima encarnação. Os sistemas de castas estruturam o tipo de contato que pode ocorrer entre membros de diferentes *status* sociais.

SEGUE ►

Os **estamentos** fizeram parte de muitas civilizações tradicionais, incluindo o feudalismo europeu. Os estamentos feudais consistiam em estratos que possuíam diferentes obrigações e direitos entre si. Na Europa, o estamento mais alto era composto pela aristocracia e pela pequena nobreza; o clero formava outro estamento; e os plebeus (servos, mercadores e artesãos) compunham o chamado 'terceiro estamento'.

Os sistemas de **classe** diferem em muitos aspectos da escravidão, das castas e dos estamentos. Podemos definir uma classe como um agrupamento, em larga escala, de pessoas que compartilham recursos econômicos em comum, os quais influenciam profundamente o tipo de estilo de vida que podem levar. A posse de riquezas e a profissão são as bases principais das diferenças de classe.

Ao lermos com atenção os conceitos acima, perceberemos que as classes se diferem das antigas formas de estratificação em vários sentidos. São eles:

- a) no sistema de classe há algum tipo de mobilidade social. Assim, o indivíduo que nasce em uma determinada classe pode passar para outra;
- b) diferentemente de outros estratos, as classes não são dadas por providências legais ou religiosas. Não há fronteiras claras entre uma classe e outra;
- c) nas classes o fator determinante de distinção é o econômico. Nos demais sistemas de estratificação, outros fatores são importantes, como a influência da religião no sistema indiano, por exemplo.

A maior parte das análises sociológicas sobre estratificação social tem como referência as teorias de Marx e Weber. Neste texto apresentaremos os principais conceitos de Weber sobre estratificação e mobilidade social.

Weber e a teoria da estratificação

A análise de Weber sobre a estratificação foi desenvolvida a partir da teoria de Marx, porém, ela foi modificada e de certa forma aperfeiçoada. Assim como Marx, Weber considerava que a sociedade se caracterizava por conflitos. No entanto, o primeiro via os conflitos de classe e os temas econômicos como centro de todas os conflitos sociais. Já o segundo desenvolveu uma visão multidimensional da sociedade. Para Weber, a estratificação social é mais ampla do que a questão de classe, abrangendo também *status* e partido.

Ainda segundo ele, a posição de classe vai além da questão de ser ou não proprietário dos meios de produção. A situação de classe é determinada pela “situação de mercado” da pessoa, isto inclui, além das posses de bens, o nível educacional e o grau de habilidade técnica. Weber também destaca que os gerentes dispõem de condições mais favoráveis de trabalho que os operários, por exemplo. E mostra que os trabalhadores que possuem maior qualificação têm maior possibilidade de negociação do que os trabalhadores com menor nível de instrução.

Na teoria de Weber o *status* refere-se a diferenças existentes entre grupos sociais em relação ao prestígio e honra, conferidas pelos demais. E, diferentemente de Marx, para Weber o *status* não está diretamente ligado à classe.



Pense, por exemplo, em grupos de minorias étnicas que migraram recentemente. Eles podem possuir uma renda relativamente alta, mas o prestígio pode ser baixo. Outro exemplo são os “novos ricos” ou “emergentes”, que são muitas vezes desprezados pelos ricos bem estabelecidos, sendo ridicularizados por não terem o mesmo hábito que eles.

Para Weber, outro componente importante na estratificação social é o partido. Na terminologia do autor, partidos não se restringem a grupos políticos, mas a organizações que procuram impor sua vontade a outros. “O partido define um conjunto de

indivíduos que trabalham juntos por terem formação, objetivos e interesses comuns.” (Giddens, 2005, p. 237). Os partidos podem apelar para causas que ignoram as diferenças de classe, podendo afiliar-se em questões religiosas ou ideais nacionalistas.

A teoria de Weber sobre estratificação trouxe uma importante contribuição, sobretudo, por mostrar que a estratificação de uma sociedade vai além da desigualdade de classe, mas tem como fonte o partido e o *status*. Enquanto Marx discutia como estratificação as divisões de classe, Weber ampliou a discussão, mostrando a complexa interconexão entre classe, status e partido.



Saiba mais

Estratificação e Gênero

Mesmo com uma abordagem bastante ampla da teoria de Weber sobre estratificação social, alguns pontos centrais ficaram de fora de sua análise, como foi o caso da estratificação e gênero.

Na realidade, a temática do gênero só entrou na agenda sociológica no fim dos anos 70. Assim, durante muitos anos as pesquisas sobre estratificação social não enxergavam o gênero. Dessa forma, parecia que as mulheres não existiam, ou não mereciam ser consideradas na análise.

Mobilidade e mudança social

Ao estudarmos a temática da estratificação, já vimos que não podemos considerar apenas as diferentes posições econômicas, ou mesmo profissionais, mas sim verificar como é a vida de cada integrante de determinado estrato social.

Mobilidade social é o conceito usado para designar mudanças de indivíduos e grupos entre diferentes posições socioeconômicas. A mobilidade vertical refere-se ao movimento de subida ou descida dentro da escala socioeconômica. Nas sociedades contemporâneas acontece também a mobilidade lateral, que se refere a deslocamento geográfico entre bairros, cidades e regiões.

Quando o presidente Lula foi eleito em 2002, muitos jornais enfatizaram que era inédito no Brasil um presidente da República oriundo de classes populares, isto porque o Brasil é marcado pela pouca alteração de sua estrutura social.



Saiba mais

Para concluir o estudo desta seção, confira no Saiba Mais desta unidade o texto *A gangorra social brasileira*, de José Pastore, que apresenta importantes considerações sobre a temática da mobilidade social.

SEÇÃO 4 - Sociedade e comunicação humana: linguagem e interacionismo simbólico

Como vimos anteriormente, Weber fez críticas às teorias de Marx. Entre outros aspectos, argumentou que o desenvolvimento do capitalismo moderno não deveria ser interpretado apenas por circunstâncias econômicas favoráveis, como Marx havia apontado.

Como já estudamos nesta unidade, Weber relacionou o surgimento do capitalismo com o desenvolvimento do protestantismo. Em suas obras, ele destacou a importância de se compreender o sentido (ou motivo) dado pelos atores ao desenvolverem determinada ação social.

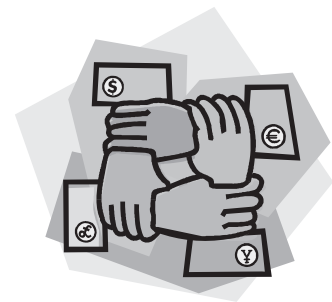
A idéia de que significados subjetivos e motivos devem ser levados em consideração na análise sociológica foi uma grande contribuição de Weber para a Sociologia clássica e contemporânea. Essa ênfase em significados subjetivos do ator social encontrou espaço na Sociologia norte-americana do início do século XX.

Nessa época, os sociólogos americanos centravam a discussão no sujeito, ou nas relações entre sujeito e sociedade. Este era o foco principal da “Escola de Chicago”. Situada na Universidade de Chicago, foi o principal departamento de Sociologia nos Estados Unidos até a segunda grande guerra. Essa escola teve como um de seus principais representantes George Herbert Mead (1863-1931), cujo trabalho resultou na abordagem do Interacionismo Simbólico.

O **interacionismo simbólico** aparece com a preocupação com a linguagem e o significado. “Mead sustenta que a linguagem permite que nos tornemos seres autoconscientes -côncios de nossa própria individualidade e capazes de nos vermos a partir de fora, como os outros nos vêem. O elemento-chave nesse processo é o símbolo.” (Giddens, 2005, p. 36)

O símbolo é algo representativo de outra coisa. A palavra “copo”, por exemplo, é um símbolo do utensílio que usamos para beber água. Além de palavras, os gestos e outras formas de comunicação não-verbais também são símbolos. Sorrir para alguém ao entrar no elevador tem um valor simbólico.

Da mesma forma que pedir desculpa ao esbarrar com um desconhecido na rua. São símbolos que os membros da sociedade compartilham.



De acordo com Mead, os seres humanos dependem de símbolos e conhecimento compartilhado para viverem. Como vivemos em um ambiente ricamente simbólico, potencialmente todas as interações entre indivíduos envolvem uma troca de símbolos.

O interacionismo simbólico dirige a atenção do sociólogo ao detalhe da interação interpessoal e como esse detalhe é usado para dar sentido ao que os outros dizem e fazem. Para entendermos melhor o que isso significa, vamos ler a citação de Bryn (2006, p.19) no quadro e perceber como a abordagem do interacionismo simbólico pode nos ajudar a compreender fenômenos sociais.

Se um policial descobre uma pessoa morta ao volante de um carro que bateu em uma árvore, pode ser difícil determinar se a morte foi um acidente ou suicídio. Entrevistar parentes e amigos a fim de descobrir o estado de espírito do motorista antes do acidente pode ajudar a eliminar a possibilidade de suicídio. Como o exemplo ilustra, compreender a intenção ou o motivo do ator social é fundamental para se compreender o significado de uma ação. Um estado mental deve ser interpretado antes que um corpo se torne uma estatística de suicídio.

Para os parentes e amigos, o suicídio é sempre doloroso e, algumas vezes, embaraçoso. Companhias de seguro frequentemente negam pagamento aos beneficiários em casos de suicídio. Como resultado, os médicos legistas podem ver-se inclinados a classificar uma morte como acidental sempre que tal interpretação seja plausível. Sendo humanos, eles podem querer minimizar o sofrimento da família após um acontecimento tão terrível e, nesse sentido, alguns sociólogos acreditam que as taxas de suicídio baseadas em estatísticas oficiais tendem a ser cerca de um terço menor do que as taxas verdadeiras.

O estudo do lado subjetivo da vida social esclarece muitas inconsistências como essas e nos ajuda a ir além da imagem oficial, aprofundando nossa compreensão acerca de como a sociedade opera e complementando intuições advindas de análises do nível macro. Além disso, ao enfatizar a importância e validade dos significados subjetivos, os interacionistas também aumentam a tolerância em relação a pontos de vista não-oficiais, minoritários e divergentes.

Você chegou ao final desta unidade. Ao estudá-la, você identificou a contribuição de Weber para a Sociologia. Compreendeu o processo de racionalização da sociedade moderna e entendeu a relação indivíduo/sociedade para Weber. Conheceu, também, o processo de estratificação, mobilidade e mudança social, além de ter compreendido o interacionismo simbólico.

[illegible]



2. Vamos pensar no sistema de estratificação social no Brasil. Como estará o sistema de estratificação brasileiro nos próximos 10 anos? Ele será diferente do atual? Por quais razões?

3. Em sua cidade há bairros considerados bons e ruins? Compare a quantidade e a qualidade de construções públicas como parques, escolas, hospitais em dois bairros de sua cidade (um considerado bom e outro ruim). Como se dá a distribuição dessas construções públicas nos dois bairros? Você percebe a relação entre status econômicos e construções públicas? Como se dá essa relação?



Saiba mais

Aprofunde seus conhecimentos sobre esta unidade.

- Saiba Mais sobre a seção 3 lendo o texto *A gangorra social Brasileira*, de José Pastore (2007), que segue:

A gangorra social brasileira

Quando nos concentramos nos problemas do dia-a-dia do desemprego, da doença, do crime e da violência, temos a impressão que o Brasil anda para trás. É comum dizer-se que a sociedade brasileira empobrece cada vez mais e que a classe média está acabando.

O exame dos dados em uma perspectiva histórica, porém, oferece um outro quadro. Com a colaboração de Nelson do Valle Silva, e prefácio de Fernando Henrique Cardoso, acabo de publicar um livro sobre *Mobilidade Social no Brasil* (Makron Books, 2000) que examina o que aconteceu com as classes sociais ao longo de todo o século XX.

A mobilidade social no Brasil é intensa. No Brasil do passado (1900-70), a mobilidade social girou em torno de 58%. Nos tempos mais recentes (1970-2000), aumentou para 63%.

Trata-se de um volume de mobilidade bastante expressivo e superior ao de vários países desenvolvidos, como é o caso da Inglaterra, onde a mobilidade é de 59%, da Suíça (55%), Áustria (52%), Alemanha e Itália (53%) e vários outros. A mobilidade social só é maior do que a do Brasil na Austrália (69%) e Estados Unidos (67%).

A mobilidade social pode ser para cima ou para baixo. Algumas pessoas sobem em relação aos seus pais; outras descem. No Brasil, cerca de 79% dos chefes de família estão em posição superior a de seus pais.

Junto com o grande volume de mobilidade social, porém, verifica-se que a estrutura social brasileira permanece desigual. Por exemplo, a classe alta que, no passado, era formada de 3,5% dos brasileiros, hoje, chega a quase 5%. Trata-se de um aumento substancial, sem dúvida. Mas esse estrato continua pequeno e de difícil acesso. A classe média alta, igualmente, engloba apenas 7,5% das famílias. Por outro lado, cerca de 48% dos brasileiros pertencem às classes baixas (inferior e superior).

SEGUE ►

Como interpretar essa conjugação de mobilidade com desigualdade? A pesquisa realizada com base em uma amostra dos chefes de família de todo o Brasil ao longo de várias décadas mostrou que a maioria dos brasileiros sobe pouco na escala social, e a minoria sobe muito. Isso torna a estrutura social bastante dinâmica e, ao mesmo tempo, espichada. Daí a coexistência de mobilidade e desigualdade.

A pesquisa revelou mudanças no tipo de mobilidade social. No passado, a maioria da mobilidade era do tipo *estrutural* – ou seja, as pessoas subiam na estrutura social porque se abriam novos postos de trabalho com melhores oportunidades para as pessoas que os preenchiam – estivessem elas preparadas ou não para as funções. Hoje, já desponta a mobilidade *circular* – aquela em que, para uma pessoa ocupar uma posição mais alta, outra tem de desocupá-la (por troca, aposentadoria ou morte). Em outras palavras, a mobilidade social começa a ser determinada por elementos de competição no mercado de trabalho, o que é comum nos países mais avançados, onde é grande o papel da educação.

Está mudando também a geografia da mobilidade. No passado, em especial nos anos 60 e 70, o grosso da ascensão social ocorreu nas grandes metrópoles, em especial, nas zonas industriais, consideradas como o paraíso dos empregos. Hoje, a mobilidade se desloca para as cidades do interior, acompanhando a diversificação das atividades da agricultura, *agrobusiness*, comércio, serviços e indústrias que se mudaram para regiões mais favoráveis.

Para o futuro, espera-se a manutenção das altas taxas de mobilidade social e uma acentuação da mobilidade circular no interior do País, o que exigirá muita capacidade para concorrer e vencer em mercados mais competitivos.

Por isso, você que é jovem, considere seriamente o Brasil do interior e estude o que mais que você puder. Para subir socialmente deverá decrescer o papel da “herança social”, do “pistolão” e do apadrinhamento, e crescer a importância da educação e da competência profissional.

Leia também as seguintes obras:

- BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. **História da análise sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- BRYN, Robert [et al] **Sociologia**: uma bússola para um novo mundo. São Paulo: Thomson Learning, 2006.
- CASTRO, Ana Maria de; DIAS Edmundo Fernandes (org.). **Introdução ao pensamento sociológico**. São Paulo: Editora Moraes, 1992.
- COHN, Gabriel, (org.); FLORESTAN Fernandes (coord.). **WEBER: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1997.
- COSTA, Cristina. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2002.
- DIGGINS, John Patrick. **Max Weber**: a política e o espírito da tragédia. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 1999.
- FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 1987.
- GERTH, H.H.; MILLS, C. Wright (Organização e introdução). **Max Weber**: ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos S. A., 1982.

- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica**. Itajaí: Univali/ Edifurb, 2001.
- TRAGTENBERG, Maurício. **A revolução russa**. São Paulo: Atual, 1988.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 14. ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1996.
- _____. **Sobre as teorias das ciências sociais**. São Paulo: Moraes, 1991.
- _____. **Economia e sociedade**: fundamentos da Sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 1994. VI.
- _____. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1993.
- _____. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2001. Parte 1.